ATA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE (23-03-2015).

Aos vinte e três de março de dois mil e quinze, às dezesseis horas e quinze minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo Vereador Antônio Marcos de Freitas e com a presença dos demais Vereadores, exceto o Vereador Raimundo Horta. Os presentes firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram seus assentos. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, o Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a **leitura da Ata da 07ª Reunião Ordinária**, referente à reunião do dia dezesseis de março de dois mil e quinze. Após leitura, a ata foi colocada em discussão e votação. Pela ordem, os Vereadores Daniely Cristina de Souza e Bruno Mól pediram que trocasse o termo "abstenção" pelo "contra o projeto", feitas as ressalvas a ata foi declarada aprovada. Em seguida, o Presidente convidou o Assessor Técnico, Edvaldo Andrade e o Ex-vereador José Antunes Vieira para comporem o plenário. Prosseguindo, o Secretário procedeu à leitura das **Correspondências nº70, 63, 64, 65, 66, 67, 69** e **59/2015**. O Presidente solicitou ao Secretário que lesse o **Projeto de Lei nº15/2015**, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza concessão de contribuição à Associação de Ciclismo de Mariana, com o propósito de contribuir para realização do evento Bike Enduro Mariana 2015, prova ciclística integrante do calendário de eventos esportivos do município de Mariana e dá outras providências. Leitura das **Indicações**: **nº102, 103, 138, 139, 140, 141, 142** e **143**, de autoria do Vereador Sebastião André de Carvalho; **nº131, 132, 133** e **134**, de autoria da Vereadora Daniely Cristina de Souza; **nº135, 136** e **137**, de autoria do Vereador Cristiano Vilas Boas. Continuando, o Secretário realizou a leitura das **Moções de Pesar:** pelo passamento da Sra. Etelvina da Cruz Batista, de autoria do Vereador Edson Agostinho Carneiro; pelo passamento da Sra. Maria de Lourdes Fernandes Rodrigues, de autoria do Vereador Edson Agostinho Carneiro; pelo passamento da Sra. Maria Firmina Eduardo Silva, de autoria do Vereador Sebastião André de Carvalho; pelo passamento da Sra. Alaíde Moreira Pessoa, de autoria do Vereador Juliano Vasconcelos; pelo passamento do Sr. Sidnei Saraiva Filho, de autoria dos Vereadores Juliano Vasconcelos e Antônio Marcos de Freitas. **A**

reunião ocorreu sem intervalo. Pela ordem, os Vereadores Juliano Vasconcelos e Geraldo Sales pediram a palavra antes da palavra livre. Posteriormente, o Secretário leu o **Parecer: Projeto de Lei nº14/2015**, de autoria do Vereador Geraldo Sales. Pela ordem, o Vereador Cristiano Vilas Boas solicitou ao Presidente que consultasse o Plenário para votar o projeto em única discussão e votação, sendo aceito pelos edis. Assim sendo, o projeto foi colocado em única **discussão e votação, sendo aprovado por todos.** Pela ordem, os Vereadores Cristiano Vilas Boas, Juliano Vasconcelos e José Jarbas parabenizaram a autoria do projeto, ressaltando o apoio à Associação de Jully Taekwon-do Taek Clube, que leva a prática esportiva para vários jovens do município. **Projeto de Lei nº 07/2015**, de autoria do Prefeito Municipal. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo pediu ao Presidente que consultasse o Plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o Vereador Geraldo disse concordar com a votação, mas o seu voto é contra o projeto. Pela ordem, José Jarbas também se manifestou contra o projeto. Continuando, o Presidente colocou o referido projeto em única discussão. Pela ordem, o Vereador Geraldo Sales justificou seu voto contra o projeto, pois ele entende que não é o momento de criação de cargos no SAAE. E levantou a questão de contratação de Procurador para a autarquia, tendo em vista o concurso público já em andamento, deveria ter colocado o cargo de advogado no concurso como foi feito na Câmara. Para o Vereador, o SAAE teve essa oportunidade. Também disse que leu nos noticiários que o Prefeito deve promover alguns ajustes na administração atual devido à baixa arrecadação, ajuste que poderá atingir o vale alimentação dos servidores, o que demonstra que não é o momento de criar outro cargo. O Vereador percebe a necessidade do cargo na autarquia e sugeriu que o executivo cedesse um de seus procuradores ao SAAE para atender sua demanda. Pela ordem, o Vereador Bruno Mól relembrou que a alegação dada pelo seu colega, foi a mesma dada por ele na semana passada, quando votou contra a criação de cargos para o CAC, pois já havia um concurso vigente na Casa. O Vereador Bruno Mól comungou com a justificativa do Vereador Geraldo Sales, apesar de ser favorável ao projeto de lei, e aproveitou para dar ciência aos outros vereadores, que leu no jornal Hoje em Dia de circulação nacional que as mineradoras iniciaram demissões em massa devido à queda do minério de ferro, de forma que essa situação de baixas arrecadações advindas das mineradoras em Mariana justificaria os ajustes necessários na

administração. Bruno Mól declarou que considera o papel e o discurso da bancada de oposição importante para a democracia, mas que deveria haver mais critérios, pois a situação da Brasil e de Mariana é caótica e por que não fazer os ajustes fiscais. Pela ordem, o Vereador Geraldo Sales esclareceu que na semana passada não foi contra a ocupação dos cargos do CAC pelos concursados, acontece que há mais de um ano o CAC não presta serviço e defendeu que não é contra os cortes fiscais, mas que há outras formas de fazer esses cortes sem ferir os direitos dos servidores. Pela ordem, o Vereador José Jarbas concordou com a posição do Vereador Geraldo Sales e sugeriu que o Executivo corte alguns cargos na estrutura administrativa para que os servidores não sejam punidos. O Presidente deu prosseguimento à votação do projeto de lei. Pela ordem, o Vice-presidente Edson Agostinho se absteve da votação. O projeto foi aprovado com voto contrário dos Vereadores Cristiano Vilas Boas, José Jarbas e Geraldo Sales e os demais Vereadores foram favoráveis ao projeto. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos relatou que a Prefeitura entregou cerca de 20 casas populares na região de Samitre e que posteriormente leu numa rede social que muitas pessoas criticaram o município pela desocupação de uma das casas populares. O Vereador disse que ficou preocupado, pois não sabia do fato. Porém ao se inteirar do assunto, ficou sabendo que a casa popular havia sido vendida para uma família e o Município ciente do fato prontamente retirou a pessoa da casa por meio de uma ordem judicial, pois era uma casa construída pelo município. E ressaltou que há um projeto de lei que proíbe a venda dessas casas. Outro fato, relatado pelo Vereador, foi de que o Presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Pedro e Vila do Carmo, Geraldo de Passos Ovídio relatou por meio de ofício os transtornos que os moradores estão tendo em relação ao estacionamento do pátio rodoviário. O Presidente da Associação já comunicou a Prefeitura, o Demutran e o Ministério Público sobre os problemas que os veículos têm causado no pátio, disse que qualquer veículo que chega para na rodoviária; não há nenhum critério de fiscalização; alguns veículos ficam expostos para a venda; ônibus, caminhões e guindastes usam o pátio para dar manutenção; algumas pessoas dormem e comem no local, inclusive para fazer suas necessidades fisiológicas. O Vereador defendeu não ser contra o estacionamento, mas que deve haver critérios de fiscalização. Finalizando, O Vereador disse que recebeu um telefonema de uma moradora da rua Dom Viçoso sobre a lentidão da obra no local, o que tem causado transtornos

aos moradores. Ele pediu que a Secretaria de Obras desse agilidade nas obras. O Presidente lamentou o fato e afirmou que a questão da demora está presente em muitas obras no município, não apenas na ruá citada. Também afirmou que na placa, fixada no local, informa que o término da execução era em outubro do ano passado e ressaltou que há dificuldade e falha na fiscalização. Pela ordem, o Vereador Cristiano Vilas Boas concordou com a declaração do presidente, reforçando o problema da falta de planejamento de execução de obras no município, causando transtornos aos cidadãos. Com a palavra, o Vereador Geraldo Sales iniciou afirmando que houve falha do Executivo na seleção das pessoas para adquirirem as casas populares. Prosseguindo, Geraldo Sales afirmou que a Casa tem que sair em defesa da independência legislativa, disse que recebeu a cópia de um requerimento nº60 do Sr. Rodrigo Paiva endereçado ao Presidente que o deixou indignado. O autor do requerimento declarou que havia pedido providências a respeito de algumas irregularidades na prestação de contas da FEMAR, dirigida por José Jarbas Filho, mas que a Comissão de Educação ignorou não por unanimidade o fato. O Vereador esclareceu que a comissão se reuniu na segunda-feira um dia antes do envio desse requerimento do cidadão, na reunião foi decidido que a comissão junto ao jurídico da Casa buscaria informações sobre o caso, para depois emitir um parecer. O Vereador solicitou ao Presidente que ele tivesse uma conversa com o Sr. Prefeito, porque era inadmissível a atitude, pois pelo regimento da Casa, dá-se o direito no tempo hábil para emitir o parecer sobre os assuntos a ela inerentes. Pela ordem, o Vereador José Jarbas desejou prestar alguns esclarecimentos a respeito da primeira fala expressa pelo seu colega, Vereador Geraldo Sales, sobre a questão da FEMAR. José Jarbas informou que já foi entregue de forma bem detalhada os esclarecimentos à Comissão de Educação, da qual ele faz parte. Disse que já enviou um ato oficial, através do jornal Ponto Final, aos cidadãos marianenses. Afirmou que foi suscitado pelo proponente dos esclarecimentos, em conversa com os membros da comissão: Pedro Nunes, presidente da Comissão, Bruno Mól e Geraldo Sales. Já no primeiro momento, a comissão, a Casa e o jurídico se prontificaram em atender o pedido o que ficou claro que não houve vistas grossas e nada melhor que os fatos para irem comprovando. E mais do que isso, uma informação deve ser dada a respeito do que foi citado sobre as ações civis públicas contra a FEMAR da perca do prazo para a entrega das prestações de

contas 2011 e 2012. O Vereador informou que essa parte já foi resolvida. E em relação aos processos de execução fiscal e o parcelamento de imposto. O Vereador explicou que o governo Dilma pelo programa REFIS da Copa deu direito às instituições, às fundações de parcelarem seus débitos em relação ao INSS. Só que essas consolidações levam um tempo, abre-se um processo. Um dos processos já foi suspenso automaticamente através da solicitação da Receita e o segundo ainda não, porque o sistema deve ser atualizado. O Vereador esclareceu que encaminhou as documentações à Comissão de Educação e ao Ministério Público no dia dezoito de março de dois mil e quinze. E que no dia 20 de março foi anexado as informações no segundo processo para sua devida suspensão. E assinalou outro fato incitado pela Casa através do presidente da comissão é a respeito se a instituição recebe recursos públicos do município, José Jarbas disse ser grato, pois no ano de 2002 a instituição recebeu o valor de 80.000 reais da Prefeitura Municipal de Mariana, em anexo nas documentações enviadas ao Ministério Público e à Prefeitura. Também acrescentou que desde o primeiro momento a Casa, através do jurídico, pontuou que o caso não era afeto à Casa, mas que enquanto vereador, membro da Casa, no mínimo uma informação deveria ser dada, em respeito a sua tradição, a forma democrática que foi sendo conduzido, e que o recebimento da notificação na pessoa do presidente da comissão para que se fosse prestado devidas esclarecimentos, foi um espaço dado que facilita a administração e, mais ainda, o controle da situação para informar os órgãos como o Ministério Público e a Justiça. E no mesmo ofício que José Jarbas enviou à Casa, ele deixa claro que a FEMAR é uma instituição privada, sem fins lucrativos e que recebeu apenas uma vez o recurso público. O Vereador finalizou dizendo que a instituição está de portas abertas para cooperar não só com o município, mas com toda a região e caso os interessados queiram maiores informações devem se direcionar ao Ministério Público, o qual os informará de acordo com a lei. E que de antemão, o Vereador disse que enviará uma solicitação ao Ministério Público, pedindo concessão para que a instituição tenha a permissão para também fornecer informações que devem ser dadas. O Vereador frisou que qualquer cidadão tem o direito de obter informações e tirar dúvidas sobre empreendimentos ou instituição em Mariana, de forma que ele está disponível para responder, só que não se pode permitir que esses tipos de procedimentos sejam motivados por questões políticas, partidárias ou simplesmente para buscar

informações para a concorrência. Também disse que a transparência no processo é importantíssima não só para o crescimento da instituição, mas também para o fortalecimento da cidade. Ele agradeceu a Casa, seu corpo jurídico e a comissão e disse está à disposição. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às dezoito horas e trinta e um minutos. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.